

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

CONTRARRAZÕES

Ilm. Sr. Lorenzo Monteiro Anaisse,
Pregoeiro Oficial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 (SRP)
Processo nº 23228001776202200

ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 23.966.754/0001-04, já qualificada no referido PE nº 22/2022 (SRP), por meio de seu representante legal, comparece respeitosamente perante V. Sa. para, com fulcro no item 11.2.3 do edital, no art. 44, §2º, do Decreto 10.024/2019 e no art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso interposto pela empresa ALFHA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, pelos fatos e fundamentos a seguir:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Destaca-se, ab initio, a tempestividade do presente recurso, em razão do recurso ter sido registrado no sítio COMPRASNET em 06.12.2022.

Nesse contexto, a Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 22/2022 (SRP), estabelece que o prazo final para apresentação das contrarrazões será o dia 09.12.2022.

Dessa forma, tendo sido protocoladas as razões nesta data, forçoso concluir por sua plena tempestividade.

II. RESUMO DOS FATOS

A empresa ALFHA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI apresentou suas razões recursais com as seguintes alegações:

- a) "a) Inicialmente, vale observar que a empresa recorrida NÃO RESPEITOU A LEGISLAÇÃO concernente aos percentuais do submódulo 2.2 da planilha de composição de custos, tendo em vista ter zerado os percentuais de Salário Educação, SESC ou Sesi, SENAI ou SENAC, SEBRAE e INCRA...";
- b) "Outrossim, observa-se, ainda, que a memória de cálculo referente ao Módulo 3 está errada pois da legislação extrai-se que o modo correto de base a ser usado considera-se a fórmula:
Módulo 1 + Submódulo 2.1 + Submódulo 2.3";
- c) "Semelhante ao módulo 3, o módulo 4 também utiliza memória de cálculo equivocada, quando deveria se utilizar na fórmula:
(Módulo 1 + Módulo 2 + Módulo 3) x Submódulo 4.1";
- d) Relativo ao módulo 5 a recorrida não apresentou previsão constante na CCT AP000001/2021 atinente a:
"CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - SESMT, PCMSO, PPRA, E EXAMES MÉDICOS;
- e) Nesta diapasão, observa-se que a recorrida não utilizou os percentuais corretos no módulo 6 – PINS e COFINS, utilizando os percentuais de 0,52% e 2,41%, respectivamente, quando deveriam ser de 0,65% e 3%, respectivamente.

III. DA INEQUIVOCA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Antes de entrarmos no mérito, é válido ressaltar que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação em seu site oficial, e que a aceitação da proposta da Recorrida aconteceu depois de uma criteriosa análise deste i.pregoeiro e sua equipe de apoio desde o dia 21.11.2022 até o dia 01.12.2022, portanto foram 11 dias de análise criteriosa pela equipe técnica do órgão licitante, onde a Recorrida cumpriu todas as demandas suscitadas em fase de diligência, fato que ocasionou na aceitação de sua proposta.

Assim fica claro que o recurso interposto possui caráter nitidamente protelatório, não se sustenta, tendo em vista que não contém qualquer embasamento, apenas transparece uma tentativa frustrada da recorrente em ver a proposta da empresa ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI ser aceita. Portanto, trata-se de um que traz questionamentos desarrazoados, demonstrando que a recorrente sequer possui experiência no ramo de atividade objeto do presente certame licitatório.

III.1. Do Simples Nacional

É entendimento pacificado que pode optar pelo Simples Nacional a empresa que presta serviços de limpeza e conservação, mediante cessão ou locação de mão de obra.

Assim, a atividade mediante cessão de mão de obra referente a limpeza e conservação, será permitida aos optantes do regime tributário SIMPLES NACIONAL, de acordo com o art. 18, § 5º-H, da Lei Complementar 123/2006.

Art. 18. (...)

§ 5º-H. A vedação de que trata o inciso XII do caput do art. 17 desta Lei Complementar não se aplica às atividades referidas no § 5º-C deste artigo. (Grifo nosso).

A recorrente menciona o art. 17 da Lei Complementar 123/2006, deixando de lado o contido disposto do mesmo artigo no § 1º, que traz a seguinte redação:

Art.17. (...)

"§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º -B a 5º -E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.". (Grifo nosso).

A leitura deste dispositivo deixa claro que, das atividades prestadas mediante cessão ou locação de mão de obra (inciso XII do caput do art. 17), somente as previstas no § 5º-C do referido artigo são permitidas aos optantes do regime tributário do Simples Nacional, figurando, dentre elas, o serviço de limpeza e conservação:

Art. 18. (...)

§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis: (...)

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação. (Grifo nosso).

Solução de Consulta nº 291 – Cosit/Receita Federal do Brasil

10. Quanto à questão em apreço, apesar da vedação expressa à cessão ou locação de mão-de-obra por empresa optante pelo Simples Nacional, tal ação é permitida pela Lei Complementar nº 123, de 2006, para algumas atividades, como é o caso de serviço de limpeza, conservação e paisagismo. (Grifo nosso).

As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional enquadradas nos Anexos IV e V, ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o artigo 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomas, tradicionalmente tratadas como contribuições para terceiros.

Enquadram-se, as contribuições ao Salário-Educação, INCRA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR SEST, SENAT e SESCOOP.

A possível irregularidade apontada pela Recorrente, foi objeto de diligência pelo i.pregoeiro e sua equipe de apoio, conforme consta na ata do certame licitatório, senão vejamos:

"Pregoeiro 30/11/2022 09:44:08 Para ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI - A questão do enquadramento no simples nacional foi motivo de consulta e estamos aguardando a resposta, se confirmada, não haverá nada a ajustar."

Para acabar de vez com o questionamento vejamos a resposta ao pedido de esclarecimento realizado por um dos licitantes:

"Pergunta 4: Tendo em vista que o objeto da licitação é de limpeza e conservação, perguntamos se empresas optantes do Simples Nacional, poderão participar do pregão e se beneficiar de encargos e tributos no Simples Nacional, apresentando documento de comprovação do regime de tributação? Conforme os termos do art. 18, § 5º-C, inciso VI, c/c § 5º-H, da Lei Complementar nº 123/2006. Resposta à Pergunta 4: Sim,".

Neste sentido, esclarecemos que as respostas ao pedido de esclarecimentos, vincula tanto a Administração quanto os licitantes, vejamos:

Edital de Licitação nº 22/2022 (SRP)

"22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração."

Assim, conclui-se que as empresas do ramo de atividade de limpeza e conservação, por se enquadrar no § 5º-C, VI, do art. 18, da LC 123/2006, poderão utilizar o benefício do Simples Nacional nos certames licitatórios cujo o objeto seja a prestação de serviços de limpeza e conservação predial.

A Recorrente comprovou inequivocamente ser Optante do Simples Nacional, apresentou SEFIP/GFIP e simulador do simples nacional para comprovar os percentuais tributários cotados em sua planilha de custos e formação de preços, principalmente para PIS e COFINS objeto de questionamento da Recorrente.

O fato que causa estranheza é que não trata de uma questão nova e que geralmente a grande maioria das empresas do ramo de atividade do objeto em questão, já conhecem esta norma, o que traz o seguinte questionamento: Será que a Recorrente possui experiência (Capacidade técnica) neste ramo?

III.2. Da planilha de custos e formação de preços

Novamente enfatizamos que a recorrente em virtude de seu inconformismo acaba por desconsiderar que existem normas que regulamentam os procedimentos licitatório, e como já mencionado, a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação em seu site oficial.

O item 6.3 do instrumento convocatório (Edital de Licitação nº 22/2022 - SRP), estabelece que:

"6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;" (Grifo nosso)

É válido destacar que em resposta a pedido de esclarecimento, a Administração estabelece que os licitantes deveriam seguir a planilha de custos e formação de preços que seria disponibilizada no site oficial do órgão, senão vejamos:

"2.3. Feitos os esclarecimentos, esta equipe divulgará na íntegra as solicitações recebidas, bem como o arquivo editável da planilha de custos para acesso a todas as licitantes, através da página de informações da referida licitação em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/4558-edital-pregao-eletronico-n-22-2022-srp-contratacao-de-servico-de-prestacao-de-limpeza-e-conservacao>. 2.4. Desta forma feitos os devidos esclarecimentos e não sendo verificada nenhuma informação que viesse comprometer a lisura do certame, o Pregoeiro decide por prosseguir com o certame. 2.5. É a decisão."

Novamente reforçamos que as respostas aos pedidos de esclarecimentos, vincula tanto a Administração quanto os licitantes.

Edital de Licitação nº 22/2022 (SRP)

"22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração."

Edital de Licitação nº 22/2022 (SRP)

"8.3. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais."

Insculpido no art. 3º, CAPUT, da Lei Federal nº 8.666/93, o princípio do julgamento objetivo vincula a Administração na apreciação das propostas e demais documentos, aos critérios estabelecidos previamente no Edital, de modo que, no curso do

procedimento licitatório não poderá a Administração utilizar critérios desconhecidos para aferir a aceitabilidade das propostas.

Neste ínterim, qual a regra do instrumento convocatório que está sendo questionada pela recorrente?

É evidente que o recurso é meramente protelatório, uma vez que carece de fundamentação legal.

Acórdão 0130/2014 – Plenário | Relator: JOSÉ JORGE

A adoção de critério de julgamento distinto daqueles constantes no edital, ainda que próprio das rotinas do Comprasnet, macula o certame.

O julgamento da licitação deverá pautar-se em critérios objetivos e concretos, afastando-se os critérios subjetivos de escolha.

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.”

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.”

Quanto a alegação de não inclusão do SESMT, PCMSO, PPRA e exames médicos, o poder público se submete apenas à disciplina legal, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal. Por isso, estaria isento de cumprir normas autônomas criadas por convenções coletivas, salvo as que se referem às condições de trabalho, como valor do piso salarial, férias, descanso, vale refeição e aviso prévio, entre outras. Por este motivo a Administração não incluiu o referido custo no modelo de planilha de custos e formação de preços disponibilizada em seu site oficial.

Quanto ao assunto, a IN 05/2017 norma regulamentadora do referido certame, é bem clara, senão vejamos:

IN 05/17:

“Art. 6º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”

Logo, esclarecemos que o custo referente a SESMT, PCMSO, PPRA e exames médicos são custos relacionados ao exercício da atividade, e que tal custo não pode ser repassado para a Administração, sendo de inteira responsabilidade das empresas contratadas. Não faz o mínimo sentido a Administração arcar com custos de exames admissionais, periódicos, demissionais, PCMSO, PPRA, etc.

A Recorrida possui diversos contratos vigentes para o mesmo objeto e em nenhum a Administração realiza repasse para custear essas despesas, uma vez que é de inteira responsabilidade da contratada, conforme determina a IN 05/17.

E novamente esclarecemos que a recorrida declara em sua proposta que todas as despesas diretas e indiretas estão inclusas no valor ofertado.

III.3. Do Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e Princípio da legalidade

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Dessa feita, em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, verbis:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

...

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.”

Segundo Hely Lopes Meirelles, o edital “é lei interna da licitação” e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu. (Grifo nosso).

Neste sentido a recorrente busca questionar as regras estabelecidas pela Administração, só que em momento inoportuno, uma vez que a proposta aceita, foi elaborada nos termos da planilha de custos e formação de preços disponibilizada pelo órgão licitante (parte integrante do edital).

Assim não cabe neste momento quaisquer questionamentos quanto as bases de cálculos utilizadas na planilha de custos e formação de preços, pois os questionamentos deveriam acontecer durante o período de impugnação e esclarecimento, fato que não ocorreu.

Art. 41 da Lei nº 8.666/93

“§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.”

O edital de licitação estabelece que:

“8.10. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.”

Portanto, não existe critério objetivo para se discutir uma possível inexequibilidade como pretende a Recorrente, já que o preço final da recorrida sequer chegou perto do limite estabelecido no subitem 8.10 do instrumento convocatório.

Edital de Licitação nº 22/2022 (SRP)

"6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;".

Quanto a legalidade da planilha de custos e formação de preços disponibilizada pelo órgão licitante, ressaltamos que está de acordo com a IN 07/2018 que revogou o modelo de planilha de custos e formação de preços da IN 05/2017.

Portanto, em detrimento ao Princípio da Legalidade, a Administração disponibilizou planilha conforme legislação vigente, não cabendo as alegações de erro de base cálculo pela Recorrente, deixando claro que a recorrente está desatualizada quanto as normas que regem as contratações públicas para o objeto da referida contratação.

III.3. Do Princípio da Economicidade

O Princípio da economicidade norteia a licitação pública, de modo que a Administração há de buscar, também, a opção mais vantajosa sob o ponto de vista econômico.

A empresa ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI teve sua proposta no valor de R\$ 1.210.787,46 aceita para o item 1, por apresentar o menor valor global entre as 20 licitantes e cumprir todas as regras do edital de licitação e legislação vigente, bem como todas as demandas solicitadas pelo i.pregoeiro e sua equipe de apoio durante a fase de aceitação de propostas.

Consta ainda a declaração da empresa vencedora, nos seguintes termos:

"Declaro que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza, bem como materiais e equipamentos necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título."

Portanto, acertada a decisão deste i. pregoeiro e sua equipe de apoio, uma vez que a Recorrida cumpriu todos os requisitos de aceitação de proposta e habilitação exigidos no instrumento convocatório e legislação vigente.

IV. DOS PEDIDOS

Em face das contrarrazões expostas, auxiliada pela lei e demais dispositivos legais, e fundamentadores da presente impugnação, REQUER o que segue:

a) Que seja indeferido todos os pedidos contidos no recurso administrativo interposto pela empresa ALFHA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, em seu mérito, seja julgado improcedente, por total carência de fundamentação legal, mantendo a correta condição de classificação e habilitação da empresa ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI;

b) Caso Vossa Senhoria não entenda dessa forma, que a presente impugnação seja submetida à autoridade superior para revisão.

DIANTE DO EXPOSTO, requer se digne este i. pregoeiro e sua equipe de apoio em receber as contrarrazões tempestivamente manifestadas ao recurso administrativo movido pela empresa ALFHA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, determinando o seu imediato processamento para, ao final, acolhendo as contrarrazões supra, manter o resultado já apresentado, por ser de direito e perfazer JUSTIÇA!

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI

Voltar Fechar

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

CONTRARRAZÕES

Ilm. Sr. Lorenzo Monteiro Anaisse,
Pregoeiro Oficial do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 (SRP)
Processo nº 23228001776202200

ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 23.966.754/0001-04, já qualificada no referido PE nº 22/2022 (SRP), por meio de seu representante legal, comparece respeitosamente perante V. Sa. para, com fulcro no item 11.2.3 do edital, no art. 44, §2º, do Decreto 10.024/2019 e no art. 4º, inciso XVIII, da Lei 10.520/2002, apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso interposto pela empresa GIBSON & REGIO LTDA, pelos fatos e fundamentos a seguir:

I. DA TEMPESTIVIDADE

Destaca-se, ab initio, a tempestividade do presente recurso, em razão do recurso ter sido registrado no sítio COMPRASNET em 06.12.2022.

Nesse contexto, a Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 22/2022 (SRP), estabelece que o prazo final para apresentação das contrarrazões será o dia 09.12.2022.

Dessa forma, tendo sido protocoladas as razões nesta data, forçoso concluir por sua plena tempestividade.

II. RESUMO DOS FATOS

A empresa GIBSON & REGIO LTDA apresentou suas razões recursais com as seguintes alegações:

a) "a) No submódulo 2.2 que envolve encargos previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições, a Recorrida deixou de apresentar os percentuais referente ao Salário Educação, SESI/SESC, SENAI/SENAC, SEBRAE, INCRA. Sendo que a inserção desses percentuais irão totalizar em 35,30%, percentual bem diferente dos 29,50% apresentados. A ausência dos percentuais citados é justificada pela Recorrida pelo fato de ser optante do Simples Nacional. Mas esse benefício não se aplica quando da participação de empresas optantes do Simples Nacional em LICITAÇÕES."

b) "Além de NÃO INSERIR os percentuais devidos na sua planilha, a Recorrida na sua planilha CALCULOU ERRADO os valores apresentados no submódulo 2.2., uma vez que a base cálculo para esse submódulo foi o valor de R\$ 1.227,29 (salário) mais o valor de R\$ 0,2043 (uma vez que houve a soma das células H37 + H44, constante de sua planilha). Dessa forma, ao inserir os encargos devidos, e ter como base de cálculo o valor de R\$ 1.477,83 (salário + submódulo 2.1), teremos um valor final para o submódulo 2.2 de R\$ 521,67."

c) " A Recorrida não inseriu em sua planilha (módulo 5) o valor correspondente a SESMT, PCMSO, PPRA e exames médicos, correspondente a R\$ 35,00,".

d) A Recorrida NÃO INSERIU NA PLANILHA (módulo 5) o valor referente ao material de limpeza (consumo), o qual conforme sua planilha tem valor total de R\$ 10.287,70, sendo dividido por 28 (número de servente) temos um valor de R\$ 367,47. Ressaltando que o valor apresentado de R\$ 417,77, no item B do módulo 5, refere-se apenas ao material de limpeza durável.

III. DA INEQUIVOCA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

Antes de entrarmos no mérito, é válido ressaltar que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação em seu site oficial, e que a aceitação da proposta da Recorrida aconteceu depois de uma criteriosa análise deste i.pregoeiro e sua equipe de apoio desde o dia 21.11.2022 até o dia 01.12.2022, portanto foram 11 dias de análise criteriosa pela equipe técnica do órgão licitante, onde a Recorrida cumpriu todas as demandas suscitadas em fase de diligência, fato que ocasionou na aceitação de sua proposta.

Assim fica claro que o recurso interposto possui caráter nitidamente protelatório, não se sustenta, tendo em vista que não contém qualquer embasamento, apenas transparece uma tentativa frustrada da recorrente que foi a 6ª colocada em ver a proposta da empresa ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI ser aceita. Portanto, trata-se de um recurso teratológico, com o devido respeito, que traz questionamentos desarrazoados, demonstrando que sequer possui experiência no ramo de atividade objeto do presente certame licitatório.

III.1. Do Simples Nacional

É entendimento pacificado que pode optar pelo Simples Nacional a empresa que presta serviços de limpeza e conservação, mediante cessão ou locação de mão de obra.

Assim, a atividade mediante cessão de mão de obra referente a limpeza e conservação, será permitida aos optantes do regime tributário SIMPLES NACIONAL, de acordo com o art. 18, § 5º-H, da Lei Complementar 123/2006.

Art. 18. (...)

§ 5º-H. A vedação de que trata o inciso XII do caput do art. 17 desta Lei Complementar não se aplica às atividades referidas no § 5º-C deste artigo. (Grifo nosso).

A recorrente menciona o art. 17 da Lei Complementar 123/2006, deixando de lado o contido disposto do mesmo artigo no § 1º, que traz a seguinte redação:

Art.17. (...)

"§ 1º As vedações relativas a exercício de atividades previstas no caput deste artigo não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º -B a 5º -E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em

conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo.”. (Grifo nosso).

A leitura deste dispositivo deixa claro que, das atividades prestadas mediante cessão ou locação de mão de obra (inciso XII do caput do art. 17), somente as previstas no § 5º-C do referido artigo são permitidas aos optantes do regime tributário do Simples Nacional, figurando, dentre elas, o serviço de limpeza e conservação:

Art. 18. (...)

§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis: (...)

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação. (Grifo nosso).

Solução de Consulta nº 291 – Cosit/Receita Federal do Brasil

10. Quanto à questão em apreço, apesar da vedação expressa à cessão ou locação de mão-de-obra por empresa optante pelo Simples Nacional, tal ação é permitida pela Lei Complementar nº 123, de 2006, para algumas atividades, como é o caso de serviço de limpeza, conservação e paisagismo. (Grifo nosso).

As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional enquadradas nos Anexos IV e V, ficam dispensadas do pagamento das demais contribuições instituídas pela União, inclusive as contribuições para as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o artigo 240 da Constituição Federal, e demais entidades de serviço social autônomas, tradicionalmente tratadas como contribuições para terceiros.

Enquadram-se, as contribuições ao Salário-Educação, INCRA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR SEST, SENAT e SESCOOP.

A possível irregularidade apontada pela Recorrente, foi objeto de diligência pelo i.pregoeiro e sua equipe de apoio, conforme consta na ata do certame licitatório, senão vejamos:

"Pregoeiro 30/11/2022 09:44:08 Para ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI - A questão do enquadramento no simples nacional foi motivo de consulta e estamos aguardando a resposta, se confirmada, não haverá nada a ajustar."

Para acabar de vez com o questionamento vejamos a resposta ao pedido de esclarecimento realizado por um dos licitantes:

"Pergunta 4: Tendo em vista que o objeto da licitação é de limpeza e conservação, perguntamos se empresas optantes do Simples Nacional, poderão participar do pregão e se beneficiar de encargos e tributos no Simples Nacional, apresentando documento de comprovação do regime de tributação? Conforme os termos do art. 18, § 5º-C, inciso VI, c/c § 5º-H, da Lei Complementar nº 123/2006. Resposta à Pergunta 4: Sim,".

Neste sentido, esclarecemos que as respostas ao pedido de esclarecimentos, vincula tanto a Administração quanto os licitantes, vejamos:

Edital de Licitação nº 22/2022 (SRP)

"22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração."

Assim, conclui-se que as empresas do ramo de atividade de limpeza e conservação, por se enquadrar no § 5º-C, VI, do art. 18, da LC 123/2006, poderão utilizar o benefício do Simples Nacional nos certames licitatórios cujo o objeto seja a prestação de serviços de limpeza e conservação predial.

A Recorrente comprovou inequivocamente ser Optante do Simples Nacional, apresentou SEFIP/GFIP e simulador do simples nacional para comprovar os percentuais tributários cotados em sua planilha de custos e formação de preços.

O fato que causa estranheza é que não trata de uma questão nova e que geralmente a grande maioria das empresas do ramo de atividade do objeto em questão, já conhecem esta norma, o que traz o seguinte questionamento: Será que a Recorrente possui experiência (Capacidade técnica) neste ramo?

III.2. Da planilha de custos e formação de preços

Novamente enfatizamos que a recorrente em virtude de seu inconformismo acaba por desconsiderar que existem normas que regulamentam os procedimentos licitatório, e como já mencionado, a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação em seu site oficial.

O item 6.3 do instrumento convocatório (Edital de Licitação nº 22/2022 - SRP), estabelece que:

"6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;" (Grifo nosso)

É válido destacar que a própria Recorrente (Gibson & Régio LTDA - EPP) em solicitação de pedido de esclarecimento, obteve resposta da Administração de que os licitantes deveriam seguir a planilha de custos e formação de preços que seria disponibilizada no site oficial do órgão, senão vejamos:

"2.3. Feitos os esclarecimentos, esta equipe divulgará na íntegra as solicitações recebidas, bem como o arquivo editável da planilha de custos para acesso a todas as licitantes, através da página de informações da referida licitação em: <https://ifap.edu.br/index.php/publicacoes/item/4558-edital-pregao-eletronico-n-22-2022-srp-contratacao-de-servico-de-prestacao-de-limpeza-e-conservacao>. 2.4. Desta forma feitos os devidos esclarecimentos e não sendo verificada nenhuma informação que viesse comprometer a lisura do certame, o Pregoeiro decide por prosseguir com o certame. 2.5. É a decisão."

Novamente reforçamos que as respostas aos pedidos de esclarecimentos, vincula tanto a Administração quanto os licitantes.

Edital de Licitação nº 22/2022 (SRP)

"22.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração."

Edital de Licitação nº 22/2022 (SRP)

"8.3. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais."

Insculpido no art. 3º, CAPUT, da Lei Federal nº 8.666/93, o princípio do julgamento objetivo vincula a Administração na

apreciação das propostas e demais documentos, aos critérios estabelecidos previamente no Edital, de modo que, no curso do procedimento licitatório não poderá a Administração utilizar critérios desconhecidos para aferir a aceitabilidade das propostas.

Quanto ao questionamento de materiais, a Recorrente em uma tentativa de desespero, tenta confundir este i.pregoeiro, pois o valor cotado trata do somatório dos materiais de consumos duráveis + materiais de consumo não duráveis, conforme consta na planilha de custos e formação de preços aceita.

Neste íterim, qual a regra do instrumento convocatório que está sendo questionada pela recorrente?

É evidente que o recurso é meramente protelatório, uma vez que carece de fundamentação legal.

Acórdão 0130/2014 – Plenário | Relator: JOSÉ JORGE

A adoção de critério de julgamento distinto daqueles constantes no edital, ainda que próprio das rotinas do Comprasnet, macula o certame.

O julgamento da licitação deverá pautar-se em critérios objetivos e concretos, afastando-se os critérios subjetivos de escolha.

“Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei.

1º É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa ainda que indiretamente elidir o princípio da igualdade entre os licitantes.”

“Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.”

O Princípio da economicidade norteia a licitação pública, de modo que a Administração há de buscar, também, a opção mais vantajosa sob o ponto de vista econômico.

A empresa ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI teve sua proposta no valor de R\$ 1.210.787,46 aceita para o item 1, por apresentar o menor valor global entre as 20 licitantes e cumprir todas as regras do edital de licitação e legislação vigente, bem como todas as demandas solicitadas pelo i.pregoeiro e sua equipe de apoio durante a fase de aceitação de propostas.

Consta ainda a declaração da empresa vencedora, nos seguintes termos:

“Declaro que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, tributos, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, transporte e seguro até o destino, lucro e demais encargos de qualquer natureza, bem como materiais e equipamentos necessários ao cumprimento integral do objeto do Edital e seus anexos, nada mais sendo válido pleitear a esse título.”.

O edital de licitação estabelece que:

“8.10. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.”.

Portanto, não existe critério objetivo para se discutir uma possível inexecutabilidade como pretende a Recorrente, já que o preço final da recorrida sequer chegou perto do limite estabelecido no subitem 8.10 do instrumento convocatório.

Quanto a alegação de não inclusão do SESMT, PCMSO, PPRA e exames médicos, o poder público se submete apenas à disciplina legal, nos termos do artigo 37, caput, da Constituição Federal. Por isso, estaria isento de cumprir normas autônomas criadas por convenções coletivas, salvo as que se referem às condições de trabalho, como valor do piso salarial, férias, descanso, vale refeição e aviso prévio, entre outras. Por este motivo a Administração não incluiu o referido custo no modelo de planilha de custos e formação de preços disponibilizada em seu site oficial.

Quanto ao assunto, a IN 05/2017 norma regulamentadora do referido certame, é bem clara, senão vejamos:

IN 05/17:

“Art. 6º A Administração não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

Parágrafo único. É vedado ao órgão e entidade vincular-se às disposições previstas nos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.”.

Logo, esclarecemos que o custo referente a SESMT, PCMSO, PPRA e exames médicos são custos relacionados ao exercício da atividade, e que tal custo não pode ser repassado para a Administração, sendo de inteira responsabilidade das empresas contratadas. Não faz o mínimo sentido a Administração arcar com custos de exames admissionais, periódicos, demissionais, PCMSO, PPRA, etc.

A Recorrida possui diversos contratos vigentes para o mesmo objeto e em nenhum a Administração realiza repasse para custear essas despesas, uma vez que é de inteira responsabilidade da contratada, conforme determina a IN 05/17.

E novamente esclarecemos que a recorrida declara em sua proposta que todas as despesas diretas e indiretas estão inclusas no valor ofertado.

Ainda em detrimento ao Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório e Princípio do Julgamento Objetivo, o edital de licitação traz a seguinte regra:

Edital de Licitação nº 22/2022 (SRP)

“6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da

Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1. Cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;".

Portanto, acertada a decisão deste i. pregoeiro e sua equipe de apoio, uma vez que a Recorrida cumpriu todos os requisitos de aceitação de proposta e habilitação exigidos no instrumento convocatório e legislação vigente.

IV. DOS PEDIDOS

Em face das contrarrazões expostas, auxiliada pela lei e demais dispositivos legais, e fundamentadores da presente impugnação, REQUER o que segue:

a) Que seja indeferido todos os pedidos contidos no recurso administrativo interposto pela empresa GIBSON & REGIO LTDA, em seu mérito, seja julgado improcedente, por total carência de fundamentação legal, mantendo a correta condição de classificação e habilitação da empresa ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI;

b) Caso Vossa Senhoria não entenda dessa forma, que a presente impugnação seja submetida à autoridade superior para revisão.

DIANTE DO EXPOSTO, requer se digne este i. pregoeiro e sua equipe de apoio em receber as contrarrazões tempestivamente manifestadas ao recurso administrativo movido pela empresa GIBSON & REGIO LTDA, determinando o seu imediato processamento para, ao final, acolhendo as contrarrazões supra, manter o resultado já apresentado, por ser de direito e perfazer JUSTIÇA!

Termos em que,
Pede e espera deferimento.

ATOS SERVICOS DE LIMPEZA, CONSTRUCAO E COMERCIO EIRELI

[Voltar](#) [Fechar](#)

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO ILUSTRE PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ – IFAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.0001776/2022-00
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 – REITORIA/IFAP

FASICO SERVIÇOS EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 34.939.967/0001-55, já qualificada junto ao Edital do Pregão em epígrafe, por meio de seu representante legal que ao final se subscreeve, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa ALPHA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 06.262.138/0001-45, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

I – DOS FATOS

O presente processo licitatório se dá sob a modalidade pregão eletrônico para formação de registro de preços do tipo menor preço por item, e tem por objeto a “contratação de serviço de prestação de limpeza e conservação, em atendimento às demandas dos campi do IFAP, tais: Macapá, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos”

A abertura da sessão ocorreu no dia 21 de novembro de 2022. Encerrada a fase de lances para classificação dos licitantes, a empresa FASICO restou vencedora do certame para os itens 2, 3, 4 e 5 após comprovação de atendimento as exigências contidas no Edital

A Recorrente apresentou intenção de recurso alegando que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida apresentava incorreções na formulação do cálculo dos Tributos Federais

Contudo os argumentos da Recorrente não merecem prosperar. Explica-se!

A planilha apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação no site oficial, conforme trecho abaixo extraído de resposta a pedido de esclarecimento formulado por licitante interessado em participar do certame:

“Resposta 16/11/2022 17:50:45

... Pergunta 6: Por gentileza, os Senhores poderiam nos enviar a Planilha Editável conforme o valor estimado do edital? Resposta à Pergunta 6: Encareço análise do DELIC sobre o envio, segue em anexo. Neste caso foi deferida a disponibilização do arquivo no site oficial do IFAP”

A assertiva acima torna insubsistente a alegação recursal de possíveis erros na planilha apresentada pela Recorrida, tornando-a meramente protelatória.

Sobreleve-se, outrossim, que, de todo jeito, ainda que houvesse algum equívoco na formação dos custos da Recorrida, isso não poderia jamais implicar na desclassificação da proposta, desde que o seu preço seja exequível, o que é rigorosamente o caso da proposta apresentada pela Recorrida.

Esse entendimento, diga-se de passagem, está pacificado a jurisprudência do TCU:

Acórdão TCU nº 1791/2006 - Plenário”

(...)

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver?

Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a

(...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível. Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações;

2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)”(todos os grifos acrescidos).”

Nesse sentido, em último caso, a licitante responderia por possíveis erros em sua planilha – sacrificando o seu lucro – estando obrigada a executar o serviço pelo preço que cotou.

Resta evidente que a empresa RECORRIDA concordou com todos os termos e declarações contidas no edital e apresentou a melhor proposta de preços, atendendo os termos editalícios não havendo razão a não ser por excesso de formalismo o acatamento do recurso da Recorrente.

Sobre o formalismo excessivo nas licitações públicas citamos que toda licitação destina-se a garantir uma proposta vantajosa para a Administração Pública.

Aqui chegamos em um ponto muito importante, que é a seleção de uma proposta vantajosa. No entendimento do brilhante doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Já o Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Quando o Administrador Público observa a possibilidade de sanar pequenos defeitos que não comprometem o julgamento igualitário da licitação ou mesmo a proposta final, claro que o mesmo poderá agir da sua melhor forma de direito. O doutrinador

Adilson Abreu Dallari, diz:

"Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase da habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes."

Marçal Justen Filho em "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 7 ed., São Paulo: Dialética, 2000, p. 79, defende que "Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduza à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".

O Tribunal de Contas da União TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - 1ª Câmara

Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços 009/2016; dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao representante; dar ciência ao Município de Itaetê/BA do indício de irregularidade constatado, conforme explicitado adiante; e arquivar-se o processo, como sugerido pela Secex/BA (peças 16 a 18).

1. Processo TC-032.051/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaetê/BA

1.2. Representante: Carvalho Engenharia e Transportes Ltda. - ME (CNPJ 21.092.400/0001-44)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016."

Ademais, a jurisprudência do TCU reconhece que a proposta apresentada deve refletir a realidade de cada licitante, não havendo como punir a empresa que participa da licitação com a proposta harmônica com a sua realidade:

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

"

(...)

52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos)

(...)

Voto do Ministro Relator

(...)

6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos."

Ou seja, a planilha de custos e formação de preços da Recorrida foi elaborada com base na sua realidade/estratégia comercial dentro dos parâmetros legais, resultando na melhor proposta global para a contratação, que por sinal não deve levar em conta itens isolados da planilha.

Portanto, as superficiais alegações recursais quanto a itens isolados devidamente justificados pela Recorrida em função da aplicação da legislação em vigor, são incapazes de derrocar a presunção de legalidade da proposta apresentada pela Recorrida.

Além de todo o exposto, lembramos que o Pregoeiro possui o comando do procedimento licitatório, pois encontramos nas suas atribuições: "O pregoeiro é responsável por conduzir a fase externa do pregão, que vai desde a publicação do edital até a adjudicação do objeto à empresa vencedora".

Cabe a administração prezar por todos os princípios basilares, a legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e os correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade, e aceitação da proposta da recorrida, não fere a nenhum desses princípios.

Resta claro que a decisão do Pregoeiro proporcionou a escolha da proposta de Preços mais vantajosa para a Administração Pública e então, cumpriu integralmente com o principal escopo licitatório.

DO PEDIDO

A Recorrida, demonstrou que deve permanecer VENCEDORA DO CERTAME EM TELA, pelas razões de fato e de direito aqui elencadas e assim requer:

a) a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação.

Nestes Termos,

Pedimos Deferimento.

FRANCISCO SEBASTIÃO DE ARAÚJO

REPRESENTANTE LEGAL

[Voltar](#) [Fechar](#)

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO ILUSTRE PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ – IFAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.0001776/2022-00
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 – REITORIA/IFAP

FASICO SERVIÇOS EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 34.939.967/0001-55, já qualificada junto ao Edital do Pregão em epígrafe, por meio de seu representante legal que ao final se subscreeve, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa GIBSON & RÉGIO LTDA EPP, CNPJ nº 17.065.080/0001-66, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

I – DOS FATOS

O presente processo licitatório se dá sob a modalidade pregão eletrônico para formação de registro de preços do tipo menor preço por item, e tem por objeto a “contratação de serviço de prestação de limpeza e conservação, em atendimento às demandas dos campi do IFAP, tais: Macapá, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos”

A abertura da sessão ocorreu no dia 21 de novembro de 2022. Encerrada a fase de lances para classificação dos licitantes, a empresa FASICO restou vencedora do certame para os itens 2, 3, 4 e 5 após comprovação de atendimento as exigências contidas no Edital

A Recorrente apresentou intenção de recurso alegando que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida apresentava incorreções na formulação do cálculo dos Tributos Federais

Contudo os argumentos da Recorrente não merecem prosperar. Explica-se!

A planilha apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação no site oficial, conforme trecho abaixo extraído de resposta a pedido de esclarecimento formulado por licitante interessado em participar do certame:

“Resposta 16/11/2022 17:50:45

... Pergunta 6: Por gentileza, os Senhores poderiam nos enviar a Planilha Editável conforme o valor estimado do edital? Resposta à Pergunta 6: Encareço análise do DELIC sobre o envio, segue em anexo. Neste caso foi deferida a disponibilização do arquivo no site oficial do IFAP”

A assertiva acima torna insubsistente a alegação recursal de possíveis erros na planilha apresentada pela Recorrida, tornando-a meramente protelatória.

Sobreleve-se, outrossim, que, de todo jeito, ainda que houvesse algum equívoco na formação dos custos da Recorrida, isso não poderia jamais implicar na desclassificação da proposta, desde que o seu preço seja exequível, o que é rigorosamente o caso da proposta apresentada pela Recorrida.

Esse entendimento, diga-se de passagem, está pacificado a jurisprudência do TCU:

Acórdão TCU nº 1791/2006 - Plenário”

(...)

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver?

Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a

(...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível.

Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações;

2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)”(todos os grifos acrescidos).”

Nesse sentido, em último caso, a licitante responderia por possíveis erros em sua planilha – sacrificando o seu lucro – estando obrigada a executar o serviço pelo preço que cotou.

Resta evidente que a empresa RECORRIDA concordou com todos os termos e declarações contidas no edital e apresentou a melhor proposta de preços, atendendo os termos editalícios não havendo razão a não ser por excesso de formalismo o acatamento do recurso da Recorrente.

Sobre o formalismo excessivo nas licitações públicas citamos que toda licitação destina-se a garantir uma proposta vantajosa para a Administração Pública.

Aqui chegamos em um ponto muito importante, que é a seleção de uma proposta vantajosa. No entendimento do brilhante doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Já o Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Quando o Administrador Público observa a possibilidade de sanar pequenos defeitos que não comprometem o julgamento igualitário da licitação ou mesmo a proposta final, claro que o mesmo poderá agir da sua melhor forma de direito. O doutrinador

Adilson Abreu Dallari, diz:

"Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase da habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes."

Marçal Justen Filho em "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 7 ed., São Paulo: Dialética, 2000, p. 79, defende que "Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduza à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".

O Tribunal de Contas da União TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - 1ª Câmara

Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços 009/2016; dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao representante; dar ciência ao Município de Itaetê/BA do indício de irregularidade constatado, conforme explicitado adiante; e arquivar-se o processo, como sugerido pela Secex/BA (peças 16 a 18).

1. Processo TC-032.051/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaetê/BA

1.2. Representante: Carvalho Engenharia e Transportes Ltda. - ME (CNPJ 21.092.400/0001-44)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016."

Além de todo o exposto, lembramos que o Pregoeiro possui o comando do procedimento licitatório, pois encontramos nas suas atribuições: "O pregoeiro é responsável por conduzir a fase externa do pregão, que vai desde a publicação do edital até a adjudicação do objeto à empresa vencedora".

Resta claro que a decisão do Pregoeiro proporcionou a escolha da proposta de Preços mais vantajosa para a Administração Pública e então, cumpriu integralmente com o principal escopo licitatório.

DO PEDIDO

A Recorrida, demonstrou que deve permanecer VENCEDORA DO CERTAME EM TELA, pelas razões de fato e de direito aqui elencadas e assim requer:

a) a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação.

Nestes Termos,

Pedimos Deferimento.

FRANCISCO SEBASTIÃO DE ARAÚJO

REPRESENTANTE LEGAL

[Voltar](#) [Fechar](#)

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO ILUSTRE PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ – IFAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.0001776/2022-00
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 – REITORIA/IFAP

FASICO SERVIÇOS EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 34.939.967/0001-55, já qualificada junto ao Edital do Pregão em epígrafe, por meio de seu representante legal que ao final se subscreeve, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa ALPHA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 06.262.138/0001-45, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

I – DOS FATOS

O presente processo licitatório se dá sob a modalidade pregão eletrônico para formação de registro de preços do tipo menor preço por item, e tem por objeto a “contratação de serviço de prestação de limpeza e conservação, em atendimento às demandas dos campi do IFAP, tais: Macapá, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos”

A abertura da sessão ocorreu no dia 21 de novembro de 2022. Encerrada a fase de lances para classificação dos licitantes, a empresa FASICO restou vencedora do certame para os itens 2, 3, 4 e 5 após comprovação de atendimento as exigências contidas no Edital

A Recorrente apresentou intenção de recurso alegando que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida apresentava incorreções na formulação do cálculo dos Tributos Federais

Contudo os argumentos da Recorrente não merecem prosperar. Explica-se!

A planilha apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação no site oficial, conforme trecho abaixo extraído de resposta a pedido de esclarecimento formulado por licitante interessado em participar do certame:

“Resposta 16/11/2022 17:50:45

... Pergunta 6: Por gentileza, os Senhores poderiam nos enviar a Planilha Editável conforme o valor estimado do edital? Resposta à Pergunta 6: Encareço análise do DELIC sobre o envio, segue em anexo. Neste caso foi deferida a disponibilização do arquivo no site oficial do IFAP”

A assertiva acima torna insubsistente a alegação recursal de possíveis erros na planilha apresentada pela Recorrida, tornando-a meramente protelatória.

Sobreleve-se, outrossim, que, de todo jeito, ainda que houvesse algum equívoco na formação dos custos da Recorrida, isso não poderia jamais implicar na desclassificação da proposta, desde que o seu preço seja exequível, o que é rigorosamente o caso da proposta apresentada pela Recorrida.

Esse entendimento, diga-se de passagem, está pacificado a jurisprudência do TCU:

Acórdão TCU nº 1791/2006 - Plenário”

(...)

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver?

Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a

(...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível.

Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações;

2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)”(todos os grifos acrescidos).”

Nesse sentido, em último caso, a licitante responderia por possíveis erros em sua planilha – sacrificando o seu lucro – estando obrigada a executar o serviço pelo preço que cotou.

Resta evidente que a empresa RECORRIDA concordou com todos os termos e declarações contidas no edital e apresentou a melhor proposta de preços, atendendo os termos editalícios não havendo razão a não ser por excesso de formalismo o acatamento do recurso da Recorrente.

Sobre o formalismo excessivo nas licitações públicas citamos que toda licitação destina-se a garantir uma proposta vantajosa para a Administração Pública.

Aqui chegamos em um ponto muito importante, que é a seleção de uma proposta vantajosa. No entendimento do brilhante doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Já o Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Quando o Administrador Público observa a possibilidade de sanar pequenos defeitos que não comprometem o julgamento igualitário da licitação ou mesmo a proposta final, claro que o mesmo poderá agir da sua melhor forma de direito. O doutrinador

Adilson Abreu Dallari, diz:

"Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase da habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes."

Marçal Justen Filho em "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 7 ed., São Paulo: Dialética, 2000, p. 79, defende que "Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduza à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".

O Tribunal de Contas da União TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - 1ª Câmara

Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços 009/2016; dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao representante; dar ciência ao Município de Itaetê/BA do indício de irregularidade constatado, conforme explicitado adiante; e arquivar-se o processo, como sugerido pela Secex/BA (peças 16 a 18).

1. Processo TC-032.051/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaetê/BA

1.2. Representante: Carvalho Engenharia e Transportes Ltda. - ME (CNPJ 21.092.400/0001-44)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016."

Ademais, a jurisprudência do TCU reconhece que a proposta apresentada deve refletir a realidade de cada licitante, não havendo como punir a empresa que participa da licitação com a proposta harmônica com a sua realidade:

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

"

(...)

52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos)

(...)

Voto do Ministro Relator

(...)

6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos."

Ou seja, a planilha de custos e formação de preços da Recorrida foi elaborada com base na sua realidade/estratégia comercial dentro dos parâmetros legais, resultando na melhor proposta global para a contratação, que por sinal não deve levar em conta itens isolados da planilha.

Portanto, as superficiais alegações recursais quanto a itens isolados devidamente justificados pela Recorrida em função da aplicação da legislação em vigor, são incapazes de derrocar a presunção de legalidade da proposta apresentada pela Recorrida.

Além de todo o exposto, lembramos que o Pregoeiro possui o comando do procedimento licitatório, pois encontramos nas suas atribuições: "O pregoeiro é responsável por conduzir a fase externa do pregão, que vai desde a publicação do edital até a adjudicação do objeto à empresa vencedora".

Cabe a administração prezar por todos os princípios basilares, a legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e os correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade, e aceitação da proposta da recorrida, não fere a nenhum desses princípios.

Resta claro que a decisão do Pregoeiro proporcionou a escolha da proposta de Preços mais vantajosa para a Administração Pública e então, cumpriu integralmente com o principal escopo licitatório.

DO PEDIDO

A Recorrida, demonstrou que deve permanecer VENCEDORA DO CERTAME EM TELA, pelas razões de fato e de direito aqui elencadas e assim requer:

a) a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação.

Nestes Termos,

Pedimos Deferimento.

FRANCISCO SEBASTIÃO DE ARAÚJO

REPRESENTANTE LEGAL

[Voltar](#) [Fechar](#)

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO ILUSTRE PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ – IFAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.0001776/2022-00
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 – REITORIA/IFAP

FASICO SERVIÇOS EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 34.939.967/0001-55, já qualificada junto ao Edital do Pregão em epígrafe, por meio de seu representante legal que ao final se subscreeve, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa GIBSON & RÉGIO LTDA EPP, CNPJ nº 17.065.080/0001-66, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

I – DOS FATOS

O presente processo licitatório se dá sob a modalidade pregão eletrônico para formação de registro de preços do tipo menor preço por item, e tem por objeto a “contratação de serviço de prestação de limpeza e conservação, em atendimento às demandas dos campi do IFAP, tais: Macapá, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos”

A abertura da sessão ocorreu no dia 21 de novembro de 2022. Encerrada a fase de lances para classificação dos licitantes, a empresa FASICO restou vencedora do certame para os itens 2, 3, 4 e 5 após comprovação de atendimento as exigências contidas no Edital

A Recorrente apresentou intenção de recurso alegando que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida apresentava incorreções na formulação do cálculo dos Tributos Federais

Contudo os argumentos da Recorrente não merecem prosperar. Explica-se!

A planilha apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação no site oficial, conforme trecho abaixo extraído de resposta a pedido de esclarecimento formulado por licitante interessado em participar do certame:

“Resposta 16/11/2022 17:50:45

... Pergunta 6: Por gentileza, os Senhores poderiam nos enviar a Planilha Editável conforme o valor estimado do edital? Resposta à Pergunta 6: Encareço análise do DELIC sobre o envio, segue em anexo. Neste caso foi deferida a disponibilização do arquivo no site oficial do IFAP”

A assertiva acima torna insubsistente a alegação recursal de possíveis erros na planilha apresentada pela Recorrida, tornando-a meramente protelatória.

Sobreleve-se, outrossim, que, de todo jeito, ainda que houvesse algum equívoco na formação dos custos da Recorrida, isso não poderia jamais implicar na desclassificação da proposta, desde que o seu preço seja exequível, o que é rigorosamente o caso da proposta apresentada pela Recorrida.

Esse entendimento, diga-se de passagem, está pacificado a jurisprudência do TCU:

Acórdão TCU nº 1791/2006 - Plenário”

(...)

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver?

Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a

(...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível.

Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações;

2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)”(todos os grifos acrescidos).”

Nesse sentido, em último caso, a licitante responderia por possíveis erros em sua planilha – sacrificando o seu lucro – estando obrigada a executar o serviço pelo preço que cotou.

Resta evidente que a empresa RECORRIDA concordou com todos os termos e declarações contidas no edital e apresentou a melhor proposta de preços, atendendo os termos editalícios não havendo razão a não ser por excesso de formalismo o acatamento do recurso da Recorrente.

Sobre o formalismo excessivo nas licitações públicas citamos que toda licitação destina-se a garantir uma proposta vantajosa para a Administração Pública.

Aqui chegamos em um ponto muito importante, que é a seleção de uma proposta vantajosa. No entendimento do brilhante doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Já o Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Quando o Administrador Público observa a possibilidade de sanar pequenos defeitos que não comprometem o julgamento igualitário da licitação ou mesmo a proposta final, claro que o mesmo poderá agir da sua melhor forma de direito. O doutrinador

Adilson Abreu Dallari, diz:

"Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase da habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes."

Marçal Justen Filho em "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 7 ed., São Paulo: Dialética, 2000, p. 79, defende que "Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduza à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".

O Tribunal de Contas da União TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - 1ª Câmara

Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços 009/2016; dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao representante; dar ciência ao Município de Itaetê/BA do indício de irregularidade constatado, conforme explicitado adiante; e arquivar-se o processo, como sugerido pela Secex/BA (peças 16 a 18).

1. Processo TC-032.051/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaetê/BA

1.2. Representante: Carvalho Engenharia e Transportes Ltda. - ME (CNPJ 21.092.400/0001-44)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016."

Além de todo o exposto, lembramos que o Pregoeiro possui o comando do procedimento licitatório, pois encontramos nas suas atribuições: "O pregoeiro é responsável por conduzir a fase externa do pregão, que vai desde a publicação do edital até a adjudicação do objeto à empresa vencedora".

Resta claro que a decisão do Pregoeiro proporcionou a escolha da proposta de Preços mais vantajosa para a Administração Pública e então, cumpriu integralmente com o principal escopo licitatório.

DO PEDIDO

A Recorrida, demonstrou que deve permanecer VENCEDORA DO CERTAME EM TELA, pelas razões de fato e de direito aqui elencadas e assim requer:

a) a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação.

Nestes Termos,

Pedimos Deferimento.

FRANCISCO SEBASTIÃO DE ARAÚJO

REPRESENTANTE LEGAL

[Voltar](#) [Fechar](#)

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO ILUSTRE PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ – IFAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.0001776/2022-00
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 – REITORIA/IFAP

FASICO SERVIÇOS EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 34.939.967/0001-55, já qualificada junto ao Edital do Pregão em epígrafe, por meio de seu representante legal que ao final se subscrive, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa ALPHA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 06.262.138/0001-45, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

I – DOS FATOS

O presente processo licitatório se dá sob a modalidade pregão eletrônico para formação de registro de preços do tipo menor preço por item, e tem por objeto a “contratação de serviço de prestação de limpeza e conservação, em atendimento às demandas dos campi do IFAP, tais: Macapá, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos”

A abertura da sessão ocorreu no dia 21 de novembro de 2022. Encerrada a fase de lances para classificação dos licitantes, a empresa FASICO restou vencedora do certame para os itens 2, 3, 4 e 5 após comprovação de atendimento as exigências contidas no Edital

A Recorrente apresentou intenção de recurso alegando que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida apresentava incorreções na formulação do cálculo dos Tributos Federais

Contudo os argumentos da Recorrente não merecem prosperar. Explica-se!

A planilha apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação no site oficial, conforme trecho abaixo extraído de resposta a pedido de esclarecimento formulado por licitante interessado em participar do certame:

“Resposta 16/11/2022 17:50:45

... Pergunta 6: Por gentileza, os Senhores poderiam nos enviar a Planilha Editável conforme o valor estimado do edital? Resposta à Pergunta 6: Encareço análise do DELIC sobre o envio, segue em anexo. Neste caso foi deferida a disponibilização do arquivo no site oficial do IFAP”

A assertiva acima torna insubsistente a alegação recursal de possíveis erros na planilha apresentada pela Recorrida, tornando-a meramente protelatória.

Sobreleve-se, outrossim, que, de todo jeito, ainda que houvesse algum equívoco na formação dos custos da Recorrida, isso não poderia jamais implicar na desclassificação da proposta, desde que o seu preço seja exequível, o que é rigorosamente o caso da proposta apresentada pela Recorrida.

Esse entendimento, diga-se de passagem, está pacificado a jurisprudência do TCU:

Acórdão TCU nº 1791/2006 - Plenário”

(...)

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver?

Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a

(...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível. Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações;

2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)”(todos os grifos acrescidos).”

Nesse sentido, em último caso, a licitante responderia por possíveis erros em sua planilha – sacrificando o seu lucro – estando obrigada a executar o serviço pelo preço que cotou.

Resta evidente que a empresa RECORRIDA concordou com todos os termos e declarações contidas no edital e apresentou a melhor proposta de preços, atendendo os termos editalícios não havendo razão a não ser por excesso de formalismo o acatamento do recurso da Recorrente.

Sobre o formalismo excessivo nas licitações públicas citamos que toda licitação destina-se a garantir uma proposta vantajosa para a Administração Pública.

Aqui chegamos em um ponto muito importante, que é a seleção de uma proposta vantajosa. No entendimento do brilhante doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Já o Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Quando o Administrador Público observa a possibilidade de sanar pequenos defeitos que não comprometem o julgamento igualitário da licitação ou mesmo a proposta final, claro que o mesmo poderá agir da sua melhor forma de direito. O doutrinador

Adilson Abreu Dallari, diz:

"Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase da habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes."

Marçal Justen Filho em "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 7 ed., São Paulo: Dialética, 2000, p. 79, defende que "Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduza à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".

O Tribunal de Contas da União TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - 1ª Câmara

Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços 009/2016; dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao representante; dar ciência ao Município de Itaetê/BA do indício de irregularidade constatado, conforme explicitado adiante; e arquivar-se o processo, como sugerido pela Secex/BA (peças 16 a 18).

1. Processo TC-032.051/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaetê/BA

1.2. Representante: Carvalho Engenharia e Transportes Ltda. - ME (CNPJ 21.092.400/0001-44)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016."

Ademais, a jurisprudência do TCU reconhece que a proposta apresentada deve refletir a realidade de cada licitante, não havendo como punir a empresa que participa da licitação com a proposta harmônica com a sua realidade:

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

"

(...)

52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos)

(...)

Voto do Ministro Relator

(...)

6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos."

Ou seja, a planilha de custos e formação de preços da Recorrida foi elaborada com base na sua realidade/estratégia comercial dentro dos parâmetros legais, resultando na melhor proposta global para a contratação, que por sinal não deve levar em conta itens isolados da planilha.

Portanto, as superficiais alegações recursais quanto a itens isolados devidamente justificados pela Recorrida em função da aplicação da legislação em vigor, são incapazes de derrocar a presunção de legalidade da proposta apresentada pela Recorrida.

Além de todo o exposto, lembramos que o Pregoeiro possui o comando do procedimento licitatório, pois encontramos nas suas atribuições: "O pregoeiro é responsável por conduzir a fase externa do pregão, que vai desde a publicação do edital até a adjudicação do objeto à empresa vencedora".

Cabe a administração prezar por todos os princípios basilares, a legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e os correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade, e aceitação da proposta da recorrida, não fere a nenhum desses princípios.

Resta claro que a decisão do Pregoeiro proporcionou a escolha da proposta de Preços mais vantajosa para a Administração Pública e então, cumpriu integralmente com o principal escopo licitatório.

DO PEDIDO

A Recorrida, demonstrou que deve permanecer VENCEDORA DO CERTAME EM TELA, pelas razões de fato e de direito aqui elencadas e assim requer:

a) a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação.

Nestes Termos,

Pedimos Deferimento.

FRANCISCO SEBASTIÃO DE ARAÚJO

REPRESENTANTE LEGAL

[Voltar](#) [Fechar](#)

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO ILUSTRE PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ – IFAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.0001776/2022-00
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 – REITORIA/IFAP

FASICO SERVIÇOS EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 34.939.967/0001-55, já qualificada junto ao Edital do Pregão em epígrafe, por meio de seu representante legal que ao final se subscreeve, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa GIBSON & RÉGIO LTDA EPP, CNPJ nº 17.065.080/0001-66, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

I – DOS FATOS

O presente processo licitatório se dá sob a modalidade pregão eletrônico para formação de registro de preços do tipo menor preço por item, e tem por objeto a “contratação de serviço de prestação de limpeza e conservação, em atendimento às demandas dos campi do IFAP, tais: Macapá, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos”

A abertura da sessão ocorreu no dia 21 de novembro de 2022. Encerrada a fase de lances para classificação dos licitantes, a empresa FASICO restou vencedora do certame para os itens 2, 3, 4 e 5 após comprovação de atendimento as exigências contidas no Edital

A Recorrente apresentou intenção de recurso alegando que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida apresentava incorreções na formulação do cálculo dos Tributos Federais

Contudo os argumentos da Recorrente não merecem prosperar. Explica-se!

A planilha apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação no site oficial, conforme trecho abaixo extraído de resposta a pedido de esclarecimento formulado por licitante interessado em participar do certame:

“Resposta 16/11/2022 17:50:45

... Pergunta 6: Por gentileza, os Senhores poderiam nos enviar a Planilha Editável conforme o valor estimado do edital? Resposta à Pergunta 6: Encareço análise do DELIC sobre o envio, segue em anexo. Neste caso foi deferida a disponibilização do arquivo no site oficial do IFAP”

A assertiva acima torna insubsistente a alegação recursal de possíveis erros na planilha apresentada pela Recorrida, tornando-a meramente protelatória.

Sobreleve-se, outrossim, que, de todo jeito, ainda que houvesse algum equívoco na formação dos custos da Recorrida, isso não poderia jamais implicar na desclassificação da proposta, desde que o seu preço seja exequível, o que é rigorosamente o caso da proposta apresentada pela Recorrida.

Esse entendimento, diga-se de passagem, está pacificado a jurisprudência do TCU:

Acórdão TCU nº 1791/2006 - Plenário”

(...)

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver?

Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a

(...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível.

Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações;

2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)”(todos os grifos acrescidos).”

Nesse sentido, em último caso, a licitante responderia por possíveis erros em sua planilha – sacrificando o seu lucro – estando obrigada a executar o serviço pelo preço que cotou.

Resta evidente que a empresa RECORRIDA concordou com todos os termos e declarações contidas no edital e apresentou a melhor proposta de preços, atendendo os termos editalícios não havendo razão a não ser por excesso de formalismo o acatamento do recurso da Recorrente.

Sobre o formalismo excessivo nas licitações públicas citamos que toda licitação destina-se a garantir uma proposta vantajosa para a Administração Pública.

Aqui chegamos em um ponto muito importante, que é a seleção de uma proposta vantajosa. No entendimento do brilhante doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Já o Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Quando o Administrador Público observa a possibilidade de sanar pequenos defeitos que não comprometem o julgamento igualitário da licitação ou mesmo a proposta final, claro que o mesmo poderá agir da sua melhor forma de direito. O doutrinador

Adilson Abreu Dallari, diz:

"Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase da habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes."

Marçal Justen Filho em "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 7 ed., São Paulo: Dialética, 2000, p. 79, defende que "Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduza à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".

O Tribunal de Contas da União TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - 1ª Câmara

Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços 009/2016; dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao representante; dar ciência ao Município de Itaetê/BA do indício de irregularidade constatado, conforme explicitado adiante; e arquivar-se o processo, como sugerido pela Secex/BA (peças 16 a 18).

1. Processo TC-032.051/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaetê/BA

1.2. Representante: Carvalho Engenharia e Transportes Ltda. - ME (CNPJ 21.092.400/0001-44)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016."

Além de todo o exposto, lembramos que o Pregoeiro possui o comando do procedimento licitatório, pois encontramos nas suas atribuições: "O pregoeiro é responsável por conduzir a fase externa do pregão, que vai desde a publicação do edital até a adjudicação do objeto à empresa vencedora".

Resta claro que a decisão do Pregoeiro proporcionou a escolha da proposta de Preços mais vantajosa para a Administração Pública e então, cumpriu integralmente com o principal escopo licitatório.

DO PEDIDO

A Recorrida, demonstrou que deve permanecer VENCEDORA DO CERTAME EM TELA, pelas razões de fato e de direito aqui elencadas e assim requer:

a) a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação.

Nestes Termos,

Pedimos Deferimento.

FRANCISCO SEBASTIÃO DE ARAÚJO

REPRESENTANTE LEGAL

[Voltar](#) [Fechar](#)

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

CONTRA RAZÃO :

AO ILUSTRE PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ – IFAP

PROCESSO ADMINISTRATIVO 23228.0001776/2022-00
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2022 – REITORIA/IFAP

FASICO SERVIÇOS EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 34.939.967/0001-55, já qualificada junto ao Edital do Pregão em epígrafe, por meio de seu representante legal que ao final se subscreeve, vem apresentar CONTRARRAZÕES ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa ALPHA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 06.262.138/0001-45, pelos fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

I – DOS FATOS

O presente processo licitatório se dá sob a modalidade pregão eletrônico para formação de registro de preços do tipo menor preço por item, e tem por objeto a “contratação de serviço de prestação de limpeza e conservação, em atendimento às demandas dos campi do IFAP, tais: Macapá, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Avançado do Oiapoque, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos”

A abertura da sessão ocorreu no dia 21 de novembro de 2022. Encerrada a fase de lances para classificação dos licitantes, a empresa FASICO restou vencedora do certame para os itens 2, 3, 4 e 5 após comprovação de atendimento as exigências contidas no Edital

A Recorrente apresentou intenção de recurso alegando que a planilha de custos e formação de preços apresentada pela Recorrida apresentava incorreções na formulação do cálculo dos Tributos Federais

Contudo os argumentos da Recorrente não merecem prosperar. Explica-se!

A planilha apresentada pela Recorrida por ocasião da disputa do certame é a mesma disponibilizada pela instituição promotora da licitação no site oficial, conforme trecho abaixo extraído de resposta a pedido de esclarecimento formulado por licitante interessado em participar do certame:

“Resposta 16/11/2022 17:50:45

... Pergunta 6: Por gentileza, os Senhores poderiam nos enviar a Planilha Editável conforme o valor estimado do edital? Resposta à Pergunta 6: Encareço análise do DELIC sobre o envio, segue em anexo. Neste caso foi deferida a disponibilização do arquivo no site oficial do IFAP”

A assertiva acima torna insubsistente a alegação recursal de possíveis erros na planilha apresentada pela Recorrida, tornando-a meramente protelatória.

Sobreleve-se, outrossim, que, de todo jeito, ainda que houvesse algum equívoco na formação dos custos da Recorrida, isso não poderia jamais implicar na desclassificação da proposta, desde que o seu preço seja exequível, o que é rigorosamente o caso da proposta apresentada pela Recorrida.

Esse entendimento, diga-se de passagem, está pacificado a jurisprudência do TCU:

Acórdão TCU nº 1791/2006 - Plenário”

(...)

O TCU, concordando com o entendimento do órgão, destacou que eventual erro na planilha teria de ser assumido pelo licitante. Segue o trecho do relatório da Decisão 577/2001 - Plenário, integralmente acatado no voto, que a representante expôs em suas alegações (fls. 11/13):

b) o mecanismo de convalidação previsto no edital é, a nosso ver, admissível. Não há modificação dos valores globais da proposta, sempre respeitados, em qualquer hipótese. Ocorre que esse valor vem acompanhado de sua memória de cálculo, ou seja da planilha demonstrativa dos componentes do custo, entre os quais alguns que decorrem de lei e de acordos coletivos. Evidentemente espera-se não haver diferenças entre a informação posta na planilha e aquela exigida pela lei ou pelo acordo. Mas, e se houver?

Só há duas alternativas, cuja validade cabe discutir:

1ª) acata-se a proposta, mas o proponente tem que suportar o ônus do seu erro (que resulta em uma oferta menos competitiva, se o valor informado for maior que o exigido, ou em uma redução da margem de lucro inicialmente esperada, na situação inversa); ou

2ª) desclassifica-se a proposta sumariamente, o que não deixa de ser uma medida drástica, se considerarmos que a licitação não é um fim em si mesma, mas meio para a Administração selecionar a oferta que lhe for mais vantajosa, dentro dos limites de atuação estabelecidos pelo legislador.

Dentre essas alternativas, a

(...) optou pela primeira: mantém a proposta, se verificar que, mesmo com a diminuição do lucro, a oferta ainda é exequível.

Essa decisão nos parece válida, já que:

1º) o proponente continuará sujeito a cumprir a lei e os acordos firmados; sua declaração contida na planilha não tem a faculdade de afastar a incidência dessas obrigações;

2º) os valores globais propostos não poderão ser modificados; a proposta obriga o proponente, a quem cabe assumir as consequências de seus atos; e 3º) o procedimento previsto não fere a isonomia entre os licitantes (...)”(todos os grifos acrescidos).”

Nesse sentido, em último caso, a licitante responderia por possíveis erros em sua planilha – sacrificando o seu lucro – estando obrigada a executar o serviço pelo preço que cotou.

Resta evidente que a empresa RECORRIDA concordou com todos os termos e declarações contidas no edital e apresentou a melhor proposta de preços, atendendo os termos editalícios não havendo razão a não ser por excesso de formalismo o acatamento do recurso da Recorrente.

Sobre o formalismo excessivo nas licitações públicas citamos que toda licitação destina-se a garantir uma proposta vantajosa para a Administração Pública.

Aqui chegamos em um ponto muito importante, que é a seleção de uma proposta vantajosa. No entendimento do brilhante doutrinador Marçal Justen Filho, temos:

“A vantagem caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos inter-relacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro vincula-se à prestação à cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.”

Já o Acórdão 357/2015 (plenário) do Tribunal de Contas da União:

“No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados.”

Quando o Administrador Público observa a possibilidade de sanar pequenos defeitos que não comprometem o julgamento igualitário da licitação ou mesmo a proposta final, claro que o mesmo poderá agir da sua melhor forma de direito. O doutrinador

Adilson Abreu Dallari, diz:

"Existem claras manifestações doutrinárias e já há jurisprudência no sentido de que na fase de habilitação não deve haver rigidez excessiva, deve-se procurar a finalidade da fase de habilitação, deve-se verificar se o proponente tem concretamente idoneidade. Se houver um defeito mínimo, irrelevante para essa comprovação, isso não pode ser colocado como excludente do licitante. Deve haver uma certa elasticidade em função do objetivo, da razão de ser da fase da habilitação; convém ao interesse público que haja o maior número possível de participantes."

Marçal Justen Filho em "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 7 ed., São Paulo: Dialética, 2000, p. 79, defende que "Na medida do possível, deve promover, mesmo de ofício, o suprimento dos defeitos de menor monta. Não se deve conceber que toda e qualquer divergência entre o texto da Lei ou do Edital conduza à invalidade, à inabilitação ou à desclassificação".

O Tribunal de Contas da União TCU posiciona-se contra o excesso de formalismo:

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TCU - 1ª Câmara

Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

ACÓRDÃO Nº 342/2017 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, todos do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada por perda de objeto em face da revogação da Tomada de Preços 009/2016; dar ciência desta deliberação aos responsáveis e ao representante; dar ciência ao Município de Itaetê/BA do indício de irregularidade constatado, conforme explicitado adiante; e arquivar-se o processo, como sugerido pela Secex/BA (peças 16 a 18).

1. Processo TC-032.051/2016-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Itaetê/BA

1.2. Representante: Carvalho Engenharia e Transportes Ltda. - ME (CNPJ 21.092.400/0001-44)

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência ao Município de Itaetê/BA que, em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços 009/2016."

Ademais, a jurisprudência do TCU reconhece que a proposta apresentada deve refletir a realidade de cada licitante, não havendo como punir a empresa que participa da licitação com a proposta harmônica com a sua realidade:

Acórdão TCU nº 963/2004 – Plenário

"

(...)

52. Inicialmente, cabe esclarecer que alguns dos elementos integrantes da planilha de custos são variáveis, e dependem da característica e estrutura de custos de cada organização. Outros são decorrentes de lei ou acordos coletivos, sendo responsabilidade da licitante informá-los corretamente. Caso a planilha apresentada pelo licitante esteja dissonante do previsto em lei, e ainda assim, for considerada exequível e aceita pela Administração, caberá ao licitante suportar o ônus do seu erro. (grifos nossos)

(...)

Voto do Ministro Relator

(...)

6. Sobre a desnecessidade de detalhamento dos itens que compõem os encargos sociais e trabalhistas na planilha de preços utilizada como modelo no edital, penso que a presumida omissão não traz problemas para o órgão contratante, pois, segundo explicado pela unidade técnica, o contratado é obrigado a arcar com as consequências das imprecisões na composição dos seus custos."

Ou seja, a planilha de custos e formação de preços da Recorrida foi elaborada com base na sua realidade/estratégia comercial dentro dos parâmetros legais, resultando na melhor proposta global para a contratação, que por sinal não deve levar em conta itens isolados da planilha.

Portanto, as superficiais alegações recursais quanto a itens isolados devidamente justificados pela Recorrida em função da aplicação da legislação em vigor, são incapazes de derrocar a presunção de legalidade da proposta apresentada pela Recorrida.

Além de todo o exposto, lembramos que o Pregoeiro possui o comando do procedimento licitatório, pois encontramos nas suas atribuições: "O pregoeiro é responsável por conduzir a fase externa do pregão, que vai desde a publicação do edital até a adjudicação do objeto à empresa vencedora".

Cabe a administração prezar por todos os princípios basilares, a legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e os correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço e seletividade, e aceitação da proposta da recorrida, não fere a nenhum desses princípios.

Resta claro que a decisão do Pregoeiro proporcionou a escolha da proposta de Preços mais vantajosa para a Administração Pública e então, cumpriu integralmente com o principal escopo licitatório.

DO PEDIDO

A Recorrida, demonstrou que deve permanecer VENCEDORA DO CERTAME EM TELA, pelas razões de fato e de direito aqui elencadas e assim requer:

a) a TOTAL IMPROCEDÊNCIA do Recurso Administrativo interposto pela Empresa RECORRENTE, uma vez que os fatos alegados não podem prosperar, sob pena de ferir direitos fundamentais da licitação.

Nestes Termos,

Pedimos Deferimento.

FRANCISCO SEBASTIÃO DE ARAÚJO

REPRESENTANTE LEGAL

[Voltar](#) [Fechar](#)